



Violência de gênero, racismo estrutural e discriminação racial: nova Recomendação Geral da MESECVI aborda as violências específicas contra as mulheres afrodescendentes e propõe ferramentas para sua eliminação

Washington, D.C., 29 de julho de 2024. As mulheres afrodescendentes enfrentam violências agravadas como resultado da interseção do racismo e da discriminação de gênero que devem ser abordadas pelos Estados e sociedades da América Latina e do Caribe a partir de um enfoque étnico-racial, de direitos humanos, de gênero e interseccional. Adotando essa perspectiva, a nova Recomendação Geral do Comitê de Peritas do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) propõe uma série de medidas para avançar na erradicação dessas violências contra mulheres e meninas afrodescendentes, baseando-se nos mais altos padrões internacionais e interamericanos.

A publicação, desenvolvida graças a uma parceria entre o MESECVI, o Escritório Regional do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para a América Latina e o Caribe e a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora, foi apresentada na última quarta-feira, 24 de julho, durante um evento virtual com a participação de representantes de Estados da região, organizações de mulheres afrodescendentes e da sociedade civil, e organismos internacionais.

Durante o evento, destacou-se a importância de contar com esta nova ferramenta jurídica, que apresenta 52 recomendações que servem como guia para visibilizar, prevenir, atender, sancionar e reparar as violências diferenciadas enfrentadas pelas mulheres afrodescendentes.

Este instrumento surge da preocupação expressa pelo Comitê de Peritas da MESECVI sobre a situação de especial vulnerabilidade das mulheres afrodescendentes na região, que enfrentam situações de pobreza mais severas do que os homens, bem como maiores obstáculos para acessar educação, saúde, trabalho decente, moradia adequada e para exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos, entre outros.

De acordo com [dados regionais do UNFPA](#), 6 em cada 10 mulheres afrodescendentes sofreram violência ao longo de suas vidas, com maior prevalência no âmbito educacional e no mercado de trabalho. Além disso, 23% das mulheres afrodescendentes sofreram assédio sexual e mais de 74% não denunciaram atos de violência contra elas por medo de não serem acreditadas ou de serem revitimizadas.

Diante desse cenário, a Recomendação Geral analisa as raízes das violências históricas, baseadas no racismo estrutural, na discriminação racial e de gênero. O Comitê de Peritas destaca a necessidade de adotar uma abordagem interseccional e garantir a participação das

mulheres afrodescendentes no enfrentamento das violências que as afetam como condição essencial para assegurar que as ações, políticas públicas, planos e legislações contribuam de maneira efetiva para a eliminação das violências contra elas.

Durante a apresentação do documento, as diversas intervenções ressaltaram a centralidade das vivências das mulheres afrodescendentes e a importância deste documento para influenciar as ações dos Estados em toda a região.

A Presidenta do Comitê de Peritas do MESECVI, Gloria Camacho, destacou que: “Os Estados devem assegurar a participação ativa de mulheres líderes e organizações afrodescendentes. Só através dessa inclusão será possível garantir que a violência desproporcional, a ausência de dados e estatísticas sobre a situação das mulheres afrodescendentes não continue ocorrendo.”

Por sua vez, a Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres, Alejandra Mora, ressaltou que: “Introduzir uma abordagem interseccional e de gênero é crucial para visibilizar as consequências do racismo sistêmico e da discriminação racial no exercício dos direitos das mulheres afrodescendentes.”

A Diretora Regional para a América Latina e o Caribe do UNFPA, Susana Sottoli, destacou que: “Esta recomendação é uma oportunidade para os Estados, pois se traduz em um roteiro para abordar essas formas particulares de violência em seus marcos normativos, em suas políticas públicas e em seus orçamentos.”

Finalmente, Paola Yáñez, Coordenadora da Rede de Mulheres Afrolatino-americanas, Afrocaribenhas e da Diáspora, insistiu que: “Esta recomendação é um marco para as mulheres afrodescendentes porque é um avanço substancial para a proteção de seus direitos. Devemos avançar para uma abordagem interseccional real.”

Neste sentido, é importante destacar o papel crucial da mencionada Rede de Mulheres no processo de elaboração da Recomendação Geral, garantindo a participação das mulheres afrodescendentes em toda a região. Durante esse processo, as Peritas também ouviram as vozes de mulheres afro-brasileiras, garantindo que este documento considerasse suas experiências para enriquecer a análise e as recomendações.

Faça o download da [Recomendação Geral do Comitê de Especialistas do MESECVI \(No. 5\): violência de gênero contra mulheres afrodescendentes](#) (Disponível em espanhol, português e inglês).

Você pode assistir ao [evento de apresentação virtual aqui](#)